

O AGRAVAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR VENEZUELANA NA PANDEMIA DE COVID-19

EL DETERIORO DE LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA EN VENEZUELA DURANTE LA PANDEMIA DE COVID-19

THE AGGRAVATION OF VENEZUELAN FOOD INSECURITY IN THE COVID-19 PANDEMIC

Alessandra da Silva Lima Pereira¹

Resumo: Para que se compreenda a crise alimentar que aflige a Venezuela desde o final da década de 1980 e como ela se agrava sob um cenário de pandemia desde o início de 2019, é preciso analisar como o governo venezuelano tem atuado no combate à fome. Nesse sentido, percebe-se que o desenvolvimento de programas de assistência alimentar tornaram-se cruciais para a sobrevivência da população. O presente trabalho busca, portanto, compreender como os suprimentos dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP) transformaram-se na principal fonte de alimentação dos venezuelanos e como a atuação de um programa já profundamente precarizado pela corrupção e pela desorganização tem sido dificultada a partir da pandemia de COVID-19.

Palavras-chave: segurança alimentar; Venezuela; pandemia; corrupção.

Abstract: In order to understand the food crisis that has afflicted Venezuela since the late 1980s and how it has worsened under a pandemic scenario since the beginning of 2019, it is necessary to analyse how the Venezuelan government has acted in the fight against hunger. In this sense, it can be seen that the development of food assistance programmes have become crucial for the survival of the population. In this article, therefore, it attempts to discuss how the supplies of the Local Committees for Supply and Production (CLAP) have become the main source of food for Venezuelans and how the performance of a program already deeply precarious due to corruption and disorganization has been hampered since the pandemic of COVID-19.

Keywords: food security; Venezuela; pandemic; corruption.

Resumen: Para entender la crisis alimentaria que aqueja a Venezuela desde finales de los años 1980 y cómo se ha agravado bajo un escenario de pandemia desde principios de 2019, es necesario analizar cómo ha actuado el gobierno venezolano en la lucha contra el hambre. En este sentido, se puede ver que el desarrollo de programas de asistencia alimentaria se ha convertido en algo crucial para la supervivencia de la población. El presente trabajo busca, por lo tanto, entender cómo los suministros de los Comités Locales de Abastecimiento y Producción (CLAP) se convirtieron en la principal fuente de alimentos para los venezolanos y cómo se ha dificultado el desempeño de un programa ya profundamente precario debido a la corrupción y la desorganización desde la pandemia del COVID-19.

Palabras-clave: seguridad alimentaria; Venezuela; pandemia; corrupción.

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) no Instituto de Estudos Estratégicos.

INTRODUÇÃO

Como resultado da especialização da economia venezuelana no setor de petróleo e do embargo econômico em curso, a desnutrição de crianças menores de cinco anos já se equipara à de alguns dos países mais pobres do mundo, como Iêmen e República Federativa do Congo. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2018), a fome quase triplicou entre 2010-2012 (3,6%) e 2015-2017 (11,7%). Além disso, o número de pessoas sem acesso à alimentação aumentou significativamente durante esse período, condição que passou a atingir 3,7 milhões de pessoas. Dessa maneira, a Venezuela é o país americano com maior proporção de pessoas em estado de fome. Essa realidade não é decorrente de um fator isolado, mas da combinação de um histórico de desenvolvimento que não proporcionou ao país condições de suprir a demanda de seus habitantes, e que apenas assumiu uma dependência exacerbada de importações. Soma-se a esse cenário uma administração desorganizada, permeada por esquemas de corrupção.

Nesse sentido, algumas medidas foram adotadas pelo governo federal no intuito de reverter este quadro como, por exemplo, os esforços da Missão Alimentação durante a gestão de Hugo Chávez. Foram inaugurados mercados a céu aberto com diversos gêneros alimentícios subsidiados pelo governo. A iniciativa, entretanto, foi utilizada por militares para lucrarem a partir da compra de alimentos importados superfaturados, além de propiciar uma relação de clientelismo com a população, favorecendo a manutenção de uma plataforma de apoio político.

No intuito de substituir a Missão Alimentação de Hugo Chávez, o presidente Maduro reformulou o projeto a partir da criação dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP), em 2016. Essa iniciativa é responsável pela distribuição de caixas similares a cestas básicas em todo o território venezuelano, além de organizar as demandas da população de modo a combater a especulação do preço dos alimentos. Entretanto, os esquemas de corrupção e a baixa qualidade dos produtos foram as principais heranças do projeto anterior, de uma tal maneira que a denominação aparenta ser a maior diferença entre a iniciativa de Chávez e a de Maduro. Mesmo assim, os CLAP são o programa alimentar de maior alcance da história do país, sendo o único recurso para a alimentação de milhares de venezuelanos.

Percebe-se, ainda, a utilização do CLAP como ferramenta de manutenção da ideologia oficial. De acordo com Érika Farías, governadora do estado de Cojedes, “os CLAP não são para os esqualidos, nem para os contra-revolucionários”. Já Aristóbulo Istúriz, vice-presidente do país durante o início da atuação dos Comitês, aponta que “são também um

instrumento político para defender a Revolução e o povo”.² Essa perspectiva de membros do próprio governo venezuelano contradiz a visão democrática de que os estadistas são escolhidos para representar toda a população, independentemente da rejeição ou aceitação de determinado grupo.

Devido à pandemia de Covid-19 a atuação desses comitês está sendo dificultada, visto que os alimentos precisam ser entregues em casa, aumentando os gastos. Essa situação torna-se ainda mais complexa, considerando as sanções econômicas impostas pelos EUA, que reduziram drasticamente a disponibilidade de gasolina e Diesel no país. Devido à escassez de combustível, as entregas dos CLAP encontram muita dificuldade para serem realizadas, e quando são, apresentam atrasos que significam um agravamento profundo na situação de insegurança alimentar. Há ainda a dificuldade de obter recursos necessários aos cuidados para evitar a contaminação pelo vírus, como máscaras e álcool gel.

O BLOQUEIO ECONÔMICO E O IMPACTO NA ALIMENTAÇÃO

O bloqueio econômico imposto ao país começa em dezembro de 2014, quando o Congresso dos Estados Unidos aprova a Lei de Defesa dos Direitos Humanos na Venezuela nº 113-278,³ que previa a aplicação de sanções. Já em março de 2015, Barack Obama assina a Ordem Executiva nº 13.692, a qual declara o país sul-americano como uma “ameaça inusual para a segurança interna dos Estados Unidos”.⁴ Sendo assim, as sanções se tornaram cada vez mais agressivas no decorrer dos anos, atingindo intensamente a economia venezuelana, de maneira a agravar a já crítica situação de insegurança alimentar.

As justificativas à imposição de sanções, de acordo com o explicitado pelo país, estão no que se refere à oposição ao regime de Nicolás Maduro por considerá-lo ilegítimo. Os EUA visam a garantir que “Maduro e seus comparsas não lucrem com a mineração ilegal de ouro, com as operações estatais de petróleo e outras transações comerciais que permitam a atividade criminosa do regime e violações dos direitos humanos” (SHARE AMERICA, 2021). É válido ressaltar ainda que o gigante norte-americano não se responsabiliza pela

² As declarações de ambos os governantes estão disponíveis em: <<https://transparencia.org.ve/project/detras-de-la-fachada-de-los-clap/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

³ O decreto de lei está disponível em: <<https://www.congress.gov/113/plaws/publ278/PLAW-113publ278.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

⁴ Declaração do governo estadunidense. Disponível em: <<https://home.treasury.gov/system/files/126/13692.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

crise humanitária agravada pelo bloqueio, alegando que a qualidade de vida dos cidadãos venezuelanos já se deteriorava antes da aprovação das sanções:

Apesar de o governo norte-americano apontar tais motivações, faz-se imprescindível a compreensão das questões geopolíticas que redirecionam as justificativas. Afinal, países como Iêmen, Congo e Sudão também enfrentam crises humanitárias, mas não parecem despertar tanta preocupação por parte dos estadunidenses. A defesa da democracia e dos Direitos Humanos que o país demonstra como principais causas podem ser consideradas, portanto, como um disfarce das reais intenções em proteger outros interesses.

A geopolítica pode ser definida como “um conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia a partir de algum projeto de poder específico, defensivo ou expansivo” (FIORI, 2014). Ou seja, a partir de uma compreensão dos aspectos geográficos, como localização e disponibilidade de recursos naturais, as políticas de poder são desenhadas de maneira a defender os interesses de um Estado. Sendo assim o posicionamento dos EUA em relação à América Latina se caracteriza pela necessidade da manutenção de sua hegemonia, a partir de políticas externas que favoreçam a supremacia do país na região.

Para Martins (2019), a defesa da hegemonia durante a era Trump se afastou do universalismo liberal e assumiu um formato mais territorialista e competitivo, na tentativa de recuperar seu espaço vital. O lema “America First” indica a renovação dos objetivos estadunidenses de cunho imperialista, que passam a configurar uma retração como meio de impedir o declínio de sua importância no sistema internacional. Tal importância, no que se refere à América Latina, encontra-se ameaçada principalmente devido ao crescimento das relações da Venezuela com a China, destino de grande parte do petróleo venezuelano, e com a Rússia, principal exportadora de armas para o país. De acordo com o autor:

A Venezuela passa a ter importância estratégica para o imperialismo estadunidense, seja por possuir as maiores reservas de petróleo do mundo, seja por ser a experiência de esquerda mais avançada na América do Sul, ou por seu alto nível de internacionalização, estando o país articulado à construção de um novo eixo geopolítico regional e mundial [...] destacou-se como líder da cooperação internacional, dedicando-lhe 1,5% do PIB no período dourado do chavismo, e estabeleceu uma agenda de integração regional que desafiou os esquemas neoliberais, impulsionando a ALBA, a Petrocaribe e a Telesur, que confrontou o monopólio midiático do grande capital [...]” (MARTINS, 2019, s/p.).

Além da preocupação com as presenças russa e chinesa na Venezuela, os EUA apresentam algumas outras razões para a imposição de sanções. Para Nazanín Armanian (2019), fatores como o fracasso dos ataques militares no Oriente Médio, que foram incapazes

de estabelecer o controle sobre os territórios do Iraque, Afeganistão e Iêmen, por exemplo, fazem com que o país volte sua atenção à recuperação do controle na América Latina. O país se preocupa ainda em desestabilizar tentativas de cooperação entre países sul-americanos, como o Tratado de Comércio dos Povos (TCP- ALBA), estabelecido entre Bolívia, Cuba e Venezuela em 2006, que se manifesta como uma alternativa aos tratados de livre-comércio estadunidenses.

Dessa maneira, pode-se perceber que a imposição de sanções é oriunda de um projeto de recuperação estadunidense na América Latina. Entretanto, os impactos à economia venezuelana advindos de tais medidas carregam consigo o agravamento de um cenário já em situação de calamidade. As sanções impedem a realização de transações internacionais com o dólar estadunidense, logo, a Venezuela registra redução nos seus ingressos em moedas estrangeiras. Junto com as divisas, perde seu poder de compra, causando assim um problema no abastecimento de suprimentos básicos em um país onde o consumo interno é majoritariamente suprido por produtos importados.

A falta de combustível tem sido uma grave consequência do bloqueio econômico. As sanções dos EUA reduziram a produção e importações de gasolina a praticamente zero, e o país passou a contar com as exportações iranianas para abastecer os postos. Entretanto, a escassez de combustível tem causado grandes interrupções na rede de distribuição de alimentos, já extremamente precária. De acordo com a FEDEAGRO (*Confederación de Asociaciones de Productores Agropecuarios de Venezuela*) cerca de 21% dos alimentos produzidos nos primeiros seis meses de 2020 não foram consumidos. Isso corresponde a cerca de 60.000 toneladas por mês, ou 13% do consumo nacional. Sem gasolina, os produtores ficam impedidos de transportar suas mercadorias, ou, quando conseguem, precisam aumentar o preço para compensar os gastos com o traslado, de uma tal maneira que dificulta o acesso da população à alimentação.

De acordo com Alena Douhan (2021, *apud* GUTIERREZ, 2021), relatora oficial da ONU, somando-se Portugal, EUA e Reino Unido, resulta-se em US\$ 6 bilhões (cerca de R\$ 32 bilhões) de fundos venezuelanos em contas internacionais congelados em pelo menos 50 bancos e instituições financeiras. Para Douhan, as sanções também apertaram o cerco financeiro, uma vez que vários representantes do governo têm restrições para representar os interesses da Venezuela no exterior. O governo norte-americano confiscou ainda a Citgo, subsidiária estadunidense da PDVSA, principal indústria petrolífera do país, avaliada em 8

bilhões de dólares, quando 90% do faturamento venezuelano provinham da receita do petróleo (FOX, 2019).

Com os embargos, as instituições financeiras dos EUA passaram a recusar pagamentos em dólar realizados pelo Estado venezuelano. Dessa maneira, a importação de diversos gêneros, como o alimentício e o farmacêutico, foi impossibilitada, e a compra de remessas de produtos de primeira necessidade foi bloqueada. O banco norte-americano Citibank, por exemplo, negou-se a receber fundos destinados à compra de 300 mil doses de insulina. Em outubro do mesmo ano, o banco Suíço BNS, sob pressão do governo estadunidense, atrasou em quatro meses a entrega de vacinas (RODRIGUES, 2019).

Em novembro de 2017, o governo colombiano, país importante no que se refere às pressões contra a Venezuela, também foi responsável por mais uma série de restrições. A Colômbia se recusou a entregar uma remessa de medicamentos que já havia sido paga, além de barrar a compra de insumos usados para a realização de tratamentos como a hemodiálise. Pode-se apontar ainda, em dezembro do mesmo ano, o bloqueio por parte de bancos europeus de 29,7 milhões de dólares destinados à compra de alimentos. Essa ação afetou a entrega de mais de 1.700 toneladas de pernil, que ficaram retidas na fronteira entre a Venezuela e a Colômbia (ANGELO, 2019).

Esse cenário foi ainda agravado a partir de outubro de 2020, quando em mais uma rodada de sanções voltadas à Venezuela o governo dos EUA vetou a exportação de Diesel. A partir de então, a falta de combustível não se restringiria apenas à gasolina, mas também a este outro hidrocarboneto. Como parte dessas sanções, as refinarias Eni, da Itália, Reliance, da Índia, e Repsol, da Espanha, que vinham trocando petróleo bruto por Diesel com a Venezuela, foram impedidas de continuar suas negociações (OLMO, 2021).

No que se refere a uma possível reavaliação de tais medidas, é válido destacar o recente texto assinado pelo Secretário de Estado americano, Antony Blinken, pelo alto representante da UE para as Relações Exteriores, Josep Borrell, e pelo ministro das Relações Exteriores do Canadá, Marc Garneau. Em declaração conjunta, os países representados pelos referentes governantes se comprometeram a repensar as sanções caso ocorram eleições livres na Venezuela. Apontam ainda como exigência, a libertação incondicional de todos os detidos injustamente por motivos políticos, a independência dos partidos e a liberdade de expressão. Maduro, por sua vez, exigiu o reconhecimento pleno da Assembleia Nacional e o desbloqueio das contas venezuelanas no exterior (ESTADO DE MINAS, 2021).

Entretanto, a aplicação das sanções estadunidenses, cuja justificativa é apresentada como a defesa da democracia, dos direitos humanos e da legitimidade do regime político, muitas vezes acaba transparecendo outras motivações. A defesa de tais interesses acarreta políticas econômicas que promovem ainda mais a deterioração dos mesmos Direitos Humanos que o gigante norte-americano diz proteger. Considerando que o governo Biden promete maior preocupação com questões humanitárias, espera-se uma possível reversão do veto ao intercâmbio do Diesel, já que tal medida tem influenciado profundamente no agravamento da crise alimentar no país.

AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DE COVID-19

Para que se compreendam os efeitos da Covid-19 no sistema agroalimentar é necessário ressaltar o panorama que havia antes da chegada do vírus. De acordo com a pesquisa ENCOVI (2020), 96,2% dos lares venezuelanos apresentaram uma renda abaixo da linha de pobreza e 97% mostraram algum sinal de insegurança alimentar. A desnutrição aguda global em crianças menores de cinco anos foi de 30% e a mortalidade infantil chegou a 26 mortes por mil nascimentos. Entre 2019 e 2020, ocorreu o aumento da mortalidade e diminuição da expectativa de vida. No que se refere à força de trabalho, 44% da população com mais de 15 anos de idade se apresentou como economicamente inativa. Nesse cenário, a Venezuela registra seu primeiro caso de Covid-19 no dia 13 de março de 2020.

Segundo o relatório de monitoramento da FAO (2020) sobre os efeitos da Covid-19 na Venezuela, o contágio evoluiu no país alcançando a marca de 91.000 casos até outubro. Entretanto, é importante ressaltar que houve grande queda no décimo mês do ano quando comparado aos dois meses anteriores. Agosto e setembro registraram quase 30.000 casos, enquanto até 20 de outubro haviam sido reportados menos de 15.000. Essa queda aconteceu devido às medidas sanitárias de segurança pública - principalmente de limitação de circulação de pessoas - tomadas pelo governo, que apesar de terem sofrido relaxamento a partir de 1º de junho, permaneceram severas até esta data. Determinou-se também a obrigatoriedade de reclusão de 15 dias àqueles que pretendiam atravessar estados vizinhos. As políticas de contenção da disseminação do vírus foram efetivas, entretanto, é válido ressaltar que a falta de acesso a combustível facilitou muito que não houvesse o deslocamento de pessoas.

O Programa Mundial de Alimentação (PMA) realizou de julho até setembro de 2019 uma avaliação acerca da alimentação nos domicílios venezuelanos.⁵ Os resultados evidenciam a grave situação de insegurança: 7,9% das famílias, ou seja, 2,3 milhões de cidadãos, na Venezuela se consideram gravemente inseguras; enquanto 24,4% se mostram em insegurança alimentar moderada, ou seja, 7 milhões de habitantes. Outra preocupação se trata da falta de variedade nos alimentos consumidos, principalmente no que se refere ao consumo de proteínas. Algumas medidas anunciadas pelo governo em prol da reversão desse cenário foram o incentivo ao desenvolvimento da agricultura urbana e o relançamento do programa Missão Agro-Venezuelana.

Ainda no que se refere à PMA, seu diretor executivo, David Beasley, apontou que apesar da situação mais crítica ser a venezuelana, a problemática da pandemia seria extremamente agressiva na alimentação da América Latina como um todo:

A pandemia da COVID-19 tem sido devastadora na América Latina, onde as nuvens de uma tempestade econômica já estavam se acumulando. As famílias estão lutando para comprar produtos básicos como alimentos e remédios porque seu sustento foi destruído e o número de pessoas desempregadas na região chegou a 44 milhões. É uma combinação mortal e temos que agir agora, e agir com inteligência. Não se pode lidar com a COVID-19 ou com a fome separadamente. Eles devem ser tratados em conjunto. Se acertarmos, podemos salvar vidas. Se não conseguirmos acertar, as pessoas morrem (BEASLEY, 2020, s/p.).

De acordo com pesquisa realizada pelo JMMI (Iniciativa Conjunta de Monitoramento de Mercado) em relatório publicado em agosto de 2020, as maiores dificuldades encontradas pelos comerciantes venezuelanos para abastecerem seus mercados foram a escassez de combustível, a alta no preço do transporte e a falta de fornecedores.

A PRECARIZAÇÃO NA ATUAÇÃO DOS COMITÊS LOCAIS DE ABASTECIMENTO

Quando a Cepal e as agências da FAO alertaram que a pandemia poderia dobrar o número de pessoas que sofrem de fome extrema, o exemplo destacado foi a Venezuela. O país apresentou a quarta pior crise da fome no mundo, atrás apenas do Iêmen, Congo e Afeganistão (CEPAL, 2020). Além do problema da hiperinflação, da desvalorização da moeda local, da diminuição do salário-mínimo e da escassez de combustível, a doença surgiu como mais um desafio a ser enfrentado pela crise de segurança alimentar.

⁵ Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/world/el-hambre-aumenta-medida-que-los-casos-de-la-covid-19-se-disparan-en-am-rica-latina>>.

A quarentena total foi declarada por Nicolás Maduro em 13 de março de 2020 (BBC NEWS MUNDO, 2020). O presidente havia pedido no dia anterior aos mais de 46.000 conselhos, ao CLAP e às organizações de bairro que assumissem a liderança na “batalha para defender o povo” da pandemia (MADURO, 2020 *apud* ANTOLÍNEZ, 2020).

Nesse novo cenário, o governo venezuelano precisou reformular as medidas utilizadas até então no contexto do combate à fome. Para não proliferar o vírus, a atuação do CLAP foi repensada, uma vez que se tornou necessária a redução máxima de qualquer tipo de contato humano na entrega dos alimentos. Em Caracas, a prefeitura criou um programa de distribuição que se desloca de casa em casa, a partir da divisão de comunidades compostas por sete ruas, sendo cada rua de responsabilidade de um líder comunitário ou coordenador do Comitê de Abastecimento (MELLO, 2020).

A distribuição domiciliar, entretanto, não foi tão eficaz como Carlos Leal Tellería, ministro da Alimentação, havia prometido. Ao assegurar que as 35.213 unidades CLAP estavam preparadas para realizar a entrega das caixas a todo o país, os cidadãos venezuelanos pensaram que não iriam precisar se expor para acessar a comida (RIVAS, 2020). Entretanto, os habitantes de Caracas reportaram o recebimento de mensagens eletrônicas lhes informando que seria necessário buscar o alimento pessoalmente. Em tais mensagens, o que se pode ler são instruções acerca da distribuição da caixa CLAP. Aos chefes da rua, responsáveis por retirá-las, pede-se o uso de máscaras e luvas, e o mesmo àqueles que forem acompanhá-los. Pede-se que levem alguma espécie de bolsa ou carrinho que permita o transporte da caixa sem o uso direto das mãos.

No município de Sucre, quando a quarentena foi decretada, os moradores já estavam há dois meses sem receber suporte do CLAP. O pagamento referente ao mês de fevereiro de 2020 havia sido realizado três semanas antes do início do isolamento social e mesmo assim os moradores não haviam recebido o alimento ainda (RIVAS, 2020). Dessa maneira, o início da pandemia na região foi marcado pelo total desamparo por parte das autoridades, que além de não informarem quando o recebimento da caixa CLAP ocorreria, nem sequer se manifestaram acerca da existência de algum protocolo de higiene a ser seguido para acessá-la.

No caso da paróquia La Dolorita, a caixa do CLAP chega, mas nem sempre. Contém apenas arroz, farinha, massas, grãos e açúcar, alimentos que devem sustentar uma família durante um mês. Um grande problema encontrado por essa paróquia se trata da má administração de seu conselho comunitário, responsável por repassar os alimentos. Reporta-

se que quando os moradores não são capazes de pagar pela caixa a tempo, os membros do conselho ameaçam excluí-los da lista. Como não dispõem de outro acesso ao alimento, não possuem outra opção exceto a fome (RIVAS, 2020).

Considerando que a atuação do CLAP precisou ser renovada, é necessário ressaltar a criação do programa *Yo Compro En Casa* (Eu compro em casa). O programa foi uma tentativa do governo de facilitar a compra dos alimentos através da Internet ou telefone. A nova iniciativa conta com o fornecimento dos produtos das cestas básicas distribuídas pelo governo nacional através do CLAP, mas também de outras duas parceiras: a Feira do Campo Soberana, feiras de peixes e hortaliças produzidos na região; e o Plano de Proteína, que oferece proteína animal a preços subsidiados pelo Estado. Também são vendidas mercadorias de quatrocentos comerciantes privados locais (VTV, 2020).

De acordo com Jazmín Peña, representante do CLAP de Las Palmas, os produtos apresentam valor reduzido quando em comparação ao mercado, e a forma de comprá-los é extremamente cômoda. Ao entrar no *site*, deve-se registrar o usuário e realizar as escolhas normalmente, para ao fim pagar sem grandes problemas através do cartão de débito. A representante assegura que a entrega dos produtos acontece em um período de 48 horas, de acordo com entrevista concedida ao canal *Venezolana De Televisión* (VTV, 2020a), entidade pertencente ao Estado venezuelano.

Segundo Érika Farias, prefeita da capital, em apenas uma semana 40 mil famílias (aproximadamente 200 mil pessoas) foram beneficiadas pela iniciativa *Yo Compro En Casa*. A distribuição do alimento é realizada de maneira eficiente pela INMERCA, organização governamental adjacente à prefeitura de Caracas, e pela FUNDECA (*Funcadion para el Desarrollo Endogeno Comunal Agroalimentario*), órgão do governo do Distrito Federal. De acordo com Érika, no período de um mês cerca de 100 toneladas de proteínas e outros produtos foram distribuídos e comercializados “graças ao tecido social organizado pelo Poder Popular, construído ao longo dos anos da Revolução Bolivariana” (VTV, 2020a).

O exposto pela TV venezuelana e pela prefeita de Caracas em relação à eficiência do programa, entretanto, não condiz com os relatos da população. O que realmente acontece na cidade é um processo muito mais complicado: por telefone só são atendidas pessoas jurídicas desejosas de participar da iniciativa. Caso queira realizar uma compra, é preciso ir até o conselho comunitário do bairro, no qual funcionará um comércio onde estarão as informações acerca de quais produtos estão disponíveis no catálogo e quanto eles custam. Ao fazer o pedido, o chefe do conselho entrará em contato com a gestão do *Yo Compro Em*

Casa e dependendo da disponibilidade das unidades transportadoras no momento, a entrega será feita sem prazo definido (GARCÍA, 2020). Ou seja, em momento algum é possível fazer a compra sem sair, e muito menos é possível que ela chegue à porta de casa.

De acordo com o diretor executivo da ONG *Ciudadanía en Acción*, Edison Arciniega (2020 *apud* MENESES, 2020), a população da Venezuela inevitavelmente precisaria enfrentar a pandemia com ainda menos alimentos do que tem consumido até então. A distribuição dos alimentos tanto por via pública ou pela iniciativa privada não dispunha de eficácia o suficiente para conseguir suprir as demandas sem atraso. Outra problemática apontada pelo especialista em desenvolvimento e segurança alimentar se refere à paralisação do trabalho de muitas ONGs humanitárias. Nesse sentido, os CLAP são a primeira saída para solucionar o problema, apesar de o programa já ser precário, quando combinado com a baixa disponibilidade de alimentos característica ao país.

A emergência humanitária que compromete os direitos fundamentais como alimentação e serviços básicos leva os cidadãos a se mobilizarem por meio de protestos para chamar atenção frente às autoridades. No que se refere à Covid-19 essa perspectiva é ainda mais grave, uma vez que a principal medida de contenção da doença é o isolamento social. Entretanto, em um país como a Venezuela, onde além de carecer de alimentos, também há a deficiência de produtos de higiene e acesso à água, fundamentais para a proteção, a comoção popular se torna inevitável. Nesse contexto, em março de 2020 registraram-se 35 protestos relacionados ao direito à alimentação e treze saques a veículos transportadores de comida (OVCS, 2020). É uma consequência inerente à precariedade, uma vez que os dependentes das caixas CLAP passaram a sofrer ainda mais atraso na entrega, e muitos povoados sem transporte e distantes dos centros de distribuição enfrentam a quarentena sem alimento e água potável.

No município de Simon Rodrigues, por exemplo, no dia 2 de abril de 2020 foi realizada uma manifestação que denunciava o descaso público com a alimentação das 150 famílias que ali sobrevivem (MARCANO, 2020). Há seis meses não recebiam uma caixa CLAP, e a ausência de combustível impossibilitava ainda que os moradores se deslocassem até o centro para a compra de alimentos. Sendo assim, percebe-se que a situação que já é precária nos grandes centros, com atrasos de dois meses, é ainda mais complicada nas zonas rurais. Nessas regiões, o discurso de Nicolás Maduro garantindo o abastecimento das 7 milhões de famílias venezuelanas durante a quarentena é apenas um recurso da política, que dá esperanças aos cidadãos, mas não os alimenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, portanto, que a pandemia não é um fator isolado que atinge diretamente a qualidade de vida dos venezuelanos. Pelo contrário, ela agravou uma crise humanitária e econômica causada por corrupção, má administração e políticas públicas fracassadas, tudo isto tendo como pano de fundo as restrições impostas pelos EUA. Outros fatores, tais como secas e sanções internacionais, exacerbaram problemas preexistentes de segurança alimentar e de falta de combustível, adicionando assim mais pressão sobre as ONGs humanitárias e o setor privado.

A atuação da CLAP, por sua vez, precisou enfrentar os desafios da pandemia, juntamente às barreiras advindas de sua má organização e ineficiência. A iniciativa *Yo Compro En Casa*, como uma maneira de atualização das atividades dos Comitês Locais de Abastecimento de Produção, não se mostrou eficaz. Sua ineficiência se evidencia não apenas por não possuir uma plataforma *on-line* bem estruturada, mas também por precisar que milhares de venezuelanos disponham de um serviço de Internet de qualidade, o que não faz parte da realidade.

Sendo assim, a economia venezuelana, já em crise antes da pandemia, continuou a colapsar a partir do primeiro caso do novo coronavírus. Percebe-se uma redução no comércio e na produção de alimentos, enquanto a quarentena e a escassez de combustível têm impedido os venezuelanos de saírem de suas casas para comprar o pouco alimento que podem. O governo decretou a quarentena, mas não possibilitou aos cidadãos acesso aos recursos necessários para respeitá-la. Nesse sentido, a alimentação do povo venezuelano agora enfrenta um novo desafio, que ultrapassa as relações políticas de poder e a falta de desenvolvimento de sua indústria nacional, acarretando uma crise generalizada de saúde pública.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Thiago. Sanções dos EUA contra a Venezuela causaram perda de 3 milhões de empregos em 5 anos. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/18/sancoes-dos-eua-contra-a-venezuela-causaram-perda-de-3-milhoes-de-empregos-em-5-anos>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ANTOLÍNEZ, Héctor. Clap y consejos comunales se limitan a entregar alimentos en medio de cuarentena por COVID-19, **Crónica Uno**, 2020. Disponível em <<https://cronica.uno/clap-y-consejos-comunales-se-limitan-a-entregar-alimentos-en-medio-de-cuarentena-por-covid-19/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

ARMANIAN, Nazanín. Las nueve razones de EEUU para declarar la guerra a Venezuela, **Público**, 2019. Disponível em: <<https://blogs.publico.es/puntoyseguido/5517/las-nueve-razones-de-eeuu>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

BBC NEWS MUNDO. Maduro ordena la cuarentena de Caracas y de otros 6 estados de Venezuela por el COVID-19, **BBC News**, 15 mar. 2020. Disponível em <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-51902733>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

BEASLEY, David. **El hambre aumenta a medida que los casos de la COVID-19 se disparan en América Latina**, 2020. Disponível em: <<https://es.wfp.org/noticias/hambre-aumenta-a-medida-casos-covid-19/>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CEPAL. **Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria**, Santiago: CEPAL, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/0393_es.pdf>. Acesso em 17 abr. 2021

CORREO DE ORINOCO. Maduro ordena reconfigurar los vértices de la Gran Misión AgroVenezuela, **Correo de Orinoco**, 2020. Disponível em <<http://www.correodelorinoco.gob.ve/maduro-n-agrovenezuela/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ENCOVI. **Encuesta Nacional de Condiciones de Vida: Seguridad Alimentaria y Nutrición**, Instituto de investigaciones económicas y sociales (IIES), 2020. Disponível em: <<https://assets.website-files.com>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

ESTADO DE MINAS. **EUA, UE e Canadá estão dispostos a rever sanções contra Venezuela se diálogo interno avançar** 2021. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/06/25/interna>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FAO. **Bolivarian Republic of Venezuela. Agricultural livelihoods and food security in the context of COVID-19: Monitoring Report – January**. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/cb3178en/cb3178en.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

FAO; OPS; WFP; UNICEF. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2018**. Santiago, 2018, 5 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/CA2127ES/CA2127ES.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2021

FEDEAGRO (*Confederación de Asociaciones de Productores Agropecuarios de Venezuela*), 2020. In: YAPUR, Nicolle. **A Fifth of Food Output Is Wasted in Famine-Threatened Venezuela**, Bloomerang, 2020. Disponível em: <<https://www.bloombergquint.com/global-economics/>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

FIORI, José Luís da Costa. **História, estratégia e desenvolvimento**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOX, Michael. O custo humano das sanções à Venezuela, **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-custo-humano-das-san%C3%A7%C3%B5es-%C3%A0-venezuela/a-50666756>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GARCÍA, Mariana Sofia. **Plan 0800 Yo Compro de la Alcaldía de Caracas no llega hasta la casa**, Cronica Uno, 2020. Disponível em: <<https://cronica.uno/alcaldia-de-caracas-no-llega-hasta-la-casa/>> Acesso em: 16 mar. 2021.

GUTIERREZ, Miguel. Sanções dos EUA agravaram calamidades na Venezuela, diz ONU. **R7**, 2021. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/sancoes-dos-eua-agravaram-calamidades>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MARCANO, Marinelid. Vecinos de comunidad rural exigen caja Clap en Anzoátegui, **El Pitazo**, 2020. Disponível em: <<https://elpitazo.net/oriente/vecinos-de-comunidad-rural-exigen-caja-clap-en-anzoategui/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MARTINS, Carlos Eduardo. Trump e a Venezuela, **Blog da Boitempo**, 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/02/20/trump-e-a-venezuela/>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

MELLO, Michele. Venezuela adota plano de distribuição de alimentos de casa em durante pandemia, **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/alimentos-durante-pandemia>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MENESES, Carlos Seijas. Familias temen que cuarentena las deje sin comida del CLAP, **Tal Cuál**, 2020. Disponível em: <<https://talcualdigital.com/del-clap/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

OLMO, Guillermo D. Aqui não tem Diesel': a nova crise na Venezuela que pode agravar falta de alimentos no país, **BBC News Mundo**, Caracas, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56407796>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

OVCS, Observatorio Venezolano de Conflictividad Social. **Protestas por derecho a la alimentación**, Caracas, 2020, 18p. Disponível em <<https://www.observatoriodeconflictos.org.ve/oc/wp-content/uploads/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

RIVAS, Norma. En comunidades caraqueñas no saben cuándo llegará la caja Clap ni cómo será su distribución. **Crónica Uno**, 2020. Disponível em: <<https://cronica.uno/en-comunidades-caraquenas-no-saben-cuando-llegara-la-caja-clap-ni-como-sera-su-distribucion/>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

RODRIGUES, Thiago. Sanções dos EUA contra a Venezuela causaram perda de 3 milhões de empregos em 5 anos. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/03>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SHARE AMERICA, **Por que os EUA impõem sanções à Venezuela?** 2021. Disponível em: <<https://share.america.gov/pt-br/por-que-os-eua-impõem-sanções>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

VTV, Venezolana de Televisión, **Despliegan plan de distribución de alimentos “Yo compro en casa” en la parroquia Sucre de Caracas**, 2020. Disponível em: <<https://www.vtv.gob.ve/despliegan-distribucion-alimentos-compro-casa-sucre-caracas/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

VTV, Venezolana de Televisión, **Más de 200 mil catienses han adquirido alimentos con Plan de abastecimiento Yo Compro en Casa**, 2020a. Disponível em <<https://www.vtv.gob.ve/plan-abastecimiento-compro-en-casa/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.